



Eixo: Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, sexualidades.
Sub-eixo: Relações étnico-raciais e desigualdades.

A FACE INDÍGENA DA QUESTÃO SOCIAL EM TEMPOS DE BARBÁRIE DO CAPITAL: INDÍGENAS EM CONTEXTO URBANO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO -MORADIA, LUTAS SOCIAIS, TRABALHO E DIREITOS SOCIAIS (2012 - 2017)

WILLIAM BERGER¹

Resumo: Este texto apresenta em sua primeira parte a problemática indígena como parte e expressão da questão social na formação social brasileira no contexto urbano. Na segunda parte apresenta o resultado das entrevistas de história oral com três sujeitos indígenas em contexto urbano na cidade do Rio de Janeiro (Twry Pataxó, Anápuáka Muniz Tupinambá Hã-hã-hãe e Cristiane Santos), pertencentes originariamente ao grupo Raízes Históricas Indígenas (Rahis) e vindos de contextos de aldeias e da cidade, com especial atenção sobre as temáticas: moradia, lutas sociais, trabalho e direitos sociais. Apresenta a tese de que a chamada questão indígena é parte e expressão da questão social na contemporaneidade e a problemática dos indígenas em contexto urbano, na particularidade da cidade do Rio de Janeiro entre 2012 e 2017, vai muito além de deter um pedaço de terra, para problematizar a presença indígena na cidade do capital e seu reconhecimento como sujeitos que reivindicam políticas e direitos sociais através da resistência e enfrentamento das expressões da questão social.

Palavras-chave: Indígenas; Contexto Urbano; Rio de Janeiro; Cidade do Capital.

THE INDIAN FACE OF THE SOCIAL QUESTION IN THE TIMES OF THE CAPITAL BARBARISM: INDIGENOUS PEOPLE IN AN URBAN CONTEXT IN THE CITY OF RIO DE JANEIRO - HOME, SOCIAL STRUGGLES, WORK AND SOCIAL RIGHTS (2012-2017)

Abstract: This text presents in its first part the indigenous problematic as part and expression of the social question in the Brazilian social formation in the urban context. The second part presents the results of oral history interviews with three indigenous subjects in an urban context in the city of Rio de Janeiro (Twry Pataxó, Anápuáka Muniz Tupinambá, and Cristiane Santos), originally belonging to the group Indigenous Historical Roots (Rahis) and coming from village and city contexts, with special attention to the themes: housing, social struggles, work and social rights. It presents the thesis that the so-called indigenous issue is part and expression of the social question in contemporary times and the problem of indigenous people in an urban context, in the particularity of the city of Rio de Janeiro between 2012 and 2017, goes far beyond holding a piece of land, to problematize the indigenous presence in the capital city and

¹ Profissional de Serviço Social. Prefeitura municipal de Vila Velha/Programa Saúde na Escola.
E-mail: <williambergere@gmail.com>.

its recognition as subjects who claim social policies and rights through resistance and confrontation of the expressions of the social question.

Keywords: Indigenous; Urban Context; Rio de Janeiro; City of Capital.

1. INTRODUÇÃO

Assistentes sociais têm trabalhado com a questão da saúde indígena. O campo profissional vem se ampliando e ultrapassa as fronteiras urbanas, tendo em vista que a questão social tem seus rebatimentos na área rural, inclusive com os povos indígenas. Nesse sentido, é possível encontrar profissionais do Serviço Social dentro das equipes interdisciplinares de saúde, nos Centros de Referências de Assistência Sociais (Cras) e em outros espaços de atenção a essas comunidades. Um trabalho que exige a compreensão que cada etnia constitui-se como um povo, com uma cultura própria, estrutura e organização, dadas as particularidades e especificidades, cujas visões de mundo impõem desafios de pensar políticas públicas capazes de assegurar o acesso, respeitando a cultura e os valores dessas comunidades (CFESS, 2013)².

O texto de epígrafe desta introdução, publicado pelo *CFESS Manifesta* em 2013, atesta coletivamente o compromisso da profissão do Serviço Social com esta parcela indígena da população brasileira (os brasileiros de raiz), historicamente negligenciada em suas demandas pelo Estado.

Para além do compromisso ético-político, o sentido, ou seja, a importância desta investigação se mostra quando constatamos a relativa ausência de estudos aprofundados sobre este tema e para entender a amplitude da chamada questão social em sua expressão indígena, e em nosso estudo, o sujeito político “*indígenas em contexto urbano*”, presente no debate atual ante as formas de discriminação e criminalização a grupos étnicos e sociais na cidade do Rio de Janeiro e em um país com forte herança conservadora, que mantém o *sentido da colonização* e a *herança do escravismo*, de que nos fala Caio Prado Júnior (1961), em tempos de barbárie (NETTO, 2012) e crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2009).

O documento do CFESS (2013) ainda nos chama atenção para o fato de que:

A condição de existência das populações indígenas é o território, e este é objeto de disputas com as populações indígenas que resultam em mortes, expropriação, extermínio cultural e físico, sendo as suas terras o principal alvo em prol de um modelo econômico que depreda, devasta, aniquila povos, culturas e o meio ambiente.

² - CFESS lança manifesto pelo Dia da Luta Indígena. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/944>. Acesso em 23 mai. 2014.

Chico Alencar nos diz:

O Brasil não era Brasil, e aqui neste pedaço do planeta viviam, antes do ano 1500 da era Ocidental cristã, diversos povos, centenas de nações, uma multiplicidade de línguas e culturas, um universo totalmente diferente daquele que nós hoje chamamos de sociedade brasileira.

(...) Povos riquíssimos na sua diversidade, que tinham em comum a existência na chamada comunidade primitiva, no modo de se apropriar coletivamente da terra, na idéia de nação, circunscrita ao território em que viviam, e na partilha dos bens. (ALENCAR, 2002, p. 1) (sic)³

Este texto apresenta na primeira parte a expressão indígena da questão social com base nos dados da realidade de violência contra os povos indígenas no Brasil, ao entender a chamada questão indígena indissociada da questão fundiária, ambas como parte e expressão da questão social na contemporaneidade.

Na segunda parte apresenta a síntese dos dados recolhidos sobre indígenas em contexto urbano na cidade do Rio de Janeiro, com base nas publicações recentes do tema e a síntese obtida nas entrevistas de História Oral, com base em roteiro de perguntas em 4 sessões temáticas (moradia, lutas sociais, trabalho e direitos sociais), com três sujeitos pertencentes ao grupo Rahis, que são:

1. **Twry Pataxó (N. B.⁴)**, componente do *Rahis*, da etnia Pataxó do sul da Bahia, aldeia Barra Velha, cidade de Itabela - BA; moradora da favela da Maré, comunidade Rubens Vaz. Trabalha com artesanato (“biojoias” como descreve), em feiras livres e produção associada com mulheres negras, brancas e pardas, moradoras da favela da Maré, ligadas à Organização Não-Governamental (ONG) “*Mães da Maré*”, fundada por Twry Pataxó, com o intuito de “gerar trabalho e renda” para as associadas na “perspectiva ambiental da sustentabilidade”. Utilizam matérias naturais (cipós, sementes), vindas da tradição indígena e matérias recicláveis (garrafas pet, lacres, diversos), típicos do contexto urbano. Realizam parceria com a *Rede Asta* e *Coletivo Coca-Cola*, entre outras redes de economia solidária da cidade do Rio

³ - IN: Entrevista com Chico Alencar. **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: <http://www.pucrs.br/mj/entrevista-04-2002.php>. Acesso: 21 jul. 2017.

⁴ - Iniciais de seu nome de registro civil.

de Janeiro.

2. **Anápuáka Muniz Tupinambá Hã-hã-hãe (É. M. M.⁵)**, da etnia Tupinambá (por parte de pai) e da etnia Pataxó hã-hã-hãe (por parte materna), ambas do sul e extremo sul da Bahia. Anápuáka mora atualmente com a esposa num prédio do conjunto habitacional do Programa *Minha Casa Minha Vida*, como uma das famílias contempladas, situado à av. Frei Caneca no Centro da cidade do Rio de Janeiro-RJ. Foi contemplado com o apartamento junto com um grupo de indígenas remanescentes da Aldeia Maracanã, os quais estavam alocados na antiga colônia de hansenianos de Curupaiti, Jacarepaguá, Rio de Janeiro-RJ. Anápuáka é prêmio Mozilla Firefox de Mídias e trabalha com mídias livres e ativismo indígena, além de fundador e coordenador geral da *Rádio Yandê*, uma web rádio indígena, entre diversas outras atividades como ativista de direitos humanos.

3. **Cristiane Santos (C. C. P. S.⁶)**, moradora do bairro São Cristóvão, originária do Oiapoque, criada na zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Cristiane Santos reconstrói sua identidade indígena no contexto urbano, como descreve, a partir do contato com a indígena Twry Pataxó. Até então, “pintava os cabelos de louro”, era “gerente da Unimed Rio” e não se identificava como indígena. Após conhecer Twry Pataxó, que diz a Cristiane que ela “é indígena”, passa a investigar suas origens e a reconstruir pertencas, tornando-se representativa e defensora dos direitos dos povos indígenas em nível nacional.

A síntese apresentada aqui neste texto busca, pois, trazer a público uma parte desta pesquisa e desta realidade, expressão da questão social na contemporaneidade que nos convoca a luta em defesa dos direitos humanos

⁵ - *Idém.*

⁶ - *Ibidém.*

dessas populações.

2. DESENVOLVIMENTO

Estamos falando aqui de 517 anos de genocídio indígena, de massacres planejados e executados para ocupação de seus territórios e implantação da lógica do valor de troca sobre o valor de uso, de um modo de pensar e agir capitalista, onde o ser humano se torna coisa, passível de ser escravizado, trocado, descartado, exterminado. É preciso lembrar que o primeiro genocídio indígena é superior ao número de vítimas do holocausto nazista; que 68% dos conflitos giram em torno da questão da posse da terra; que 67% dos massacres são feitos por fazendeiros latifundiários. Assim, a questão da expropriação e posse da terra é fundamental para a permanência do conflito indígena. Estamos nos referindo a 57 extermínios de indígenas por ano no Brasil, onde os massacres na atualidade chegam a matar entre 108 a 126 indígenas por ano.

Importante instrumento de pesquisa sobre a violência contra os povos indígenas é a Plataforma CACI (Cartografia de Ataques Contra Indígenas), da Fundação Rosa Luxemburgo⁷, para dar visibilidade aos assassinatos de indígenas no Brasil e que mostra em dados a maneira como a questão social se expressa na violência contra os povos indígenas no Brasil, na atualidade. A palavra Caci na língua Guarani significa “dor” e expressa as consequências da lógica da sociedade do capital, como age sobre as terras indígenas (suas terras), no extermínio de seus povos e suas diferentes culturas, desde 1500, do processo de *acumulação primitiva do capital* (MARX, 1985), aos dias de hoje.

Conforme dados da Plataforma CACI (2017) , na região do território Pataxó Hã-hã-hãe Catarina Paraguaçu, que abrange os municípios de Camacan, Itaju da Colônia e Pau Brasil, Pataxó de Santa Cruz de Cabrália, Eunápolis (BA), Porto Seguro no sul da BA, Maxacali de Santa Helena de Minas (MG), somam no momento 77 casos envolvendo assassinatos de indígenas ligados à questão da terra, sendo 21 entre os Tupinambá de

⁷ - Disponível em: <http://caci.rosaluxspba.org>. Acesso: 1º ago. 2017.

Olivença (BA), 13 na Terra Indígena (TI) Caramuru Paraguaçu (BA), 4 na aldeia Pataxó Barra Velha, 6 na aldeia Pataxó Coroa Vermelha (BA), 18 entre os Maxacali de Santa Helena (MG), 2 em Eunápolis, região de onde provém dois de nossos 3 entrevistados, a saber Twry Pataxó (Barra Velha) e Anápuáka Muniz Tupinambá Hã-hã-hãe (Catarina Paraguaçu), conflitos esses que aparecem nos depoimentos de nossos entrevistados. A recordista é a região Centro-Oeste e o estado MS, com 400 casos de assassinatos de indígenas ligados à questão da terra, até o momento. Só na cidade de Dourados, onde se concentram os Guarani Kaiowá, o que foi amplamente divulgado nas redes sociais devido aos suicídios dos jovens, os Guarani Nhandeva e os Terena, apenas essas três etnias, somam 156 casos de assassinatos em toda a região.

No *Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil, de 2015*, temos que:

Foram registrados 55 casos, em 2015, de invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio, nos estados de Alagoas (1), Amazonas (6), Espírito Santo (1), Maranhão (18), Mato Grosso (3), Mato Grosso do Sul (2), Pará (12), Rondônia (5), Roraima (3), Santa Catarina (2), São Paulo (1) e Tocantins (1). (CIMI, 2015, p. 19).

O desastre da empresa Samarco Mineradora em Mariana (MG) atingiu 3 povos indígenas: os Tupiniquim e os Guarani no ES e os Krenak em MG (CIMI, 2015). As atividades produtivas e a pesca foram comprometidas sem mensuração em escala de tempo. Além dos homicídios aqui referidos da plataforma CACI, o CIMI (2015) relata 87 casos de suicídios com registro, até o ano de 2015; 45 desses foram no MS, o caso dos Guarani Kaiowá; 24% dos casos, entre 10 e 14 anos; 37 %, entre 15 e 19 anos e 22%, entre 20 e 29 anos. De 2000 a 2015 no MS somam um total de 752 suicídios que expressam a “barbárie invisível” com dizimação dos jovens Guarani Kaiowá.

A violência contra os povos indígenas não para por aí. Acresce-se a este cenário de horror, os espancamentos, sequestros, torturas e estupros e o que se vê, por parte da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), é a omissão, onde fazendeiros têm treinado milícias para atacar comunidades indígenas vulneráveis (CIMI, 2015).

Se os dados já eram alarmantes até o governo Dilma Rouseff (2016), com apenas 3,6 homologações de TI's por ano, além do caso de Belo Monte,

no governo Temer (2016 e 2017) a questão indígena sofre um ataque ainda maior no campo dos direitos dessas populações. Na semana do afastamento da então presidente Dilma, em 2016, foi realizado o 13º Acampamento Terra Livre (ATL), espaço nacional de organização de luta dos povos indígenas. O 13º ATL foi atacado em Brasília com força armada, ocasionando dezenas de indígenas feridos. A tomada do poder por Michel Temer através do golpe com o impeachment de Dilma teve como sequência uma série de ações que beneficiam o agronegócio, os latifundiários e os empresários. A rede Globo, parceira do famigerado golpe, a todo momento divulga o lema deste governo: “*agro é tech, agro é pop, agro é tudo*”. É tudo, menos democracia e garantia de direitos para os trabalhadores e populações dos territórios indígenas, pequenos produtores, moradores das favelas e periferias nas cidades. Em 2017, a Reforma Trabalhista, aprovada e Reforma da Previdência em tramitação, chega como *golpe dentro do golpe*, apesar da desaprovação da maioria da população brasileira, com mobilizações e greves.

Para os trabalhadores do campo, o golpe tem impactos ainda mais desastrosos: trabalhar em troca de casa e comida. Estamos presenciando em pleno século XXI o retorno ao trabalho escravo no campo e a invasão dos territórios indígenas e reservas naturais pelo capital, que está cada vez mais intensa, como na Floresta Nacional do Jamanxim (2017), onde o governo Temer vem legalizando a invasão de posseiros, orquestrada por grandes latifundiários e políticos, o que tem como resultado previsível a destruição de um dos maiores espelhos da biodiversidade mundial, além do recente ataque às populações Guarani, da reserva Jaraguá (SP).

De acordo com o *Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil de 2015* (CIMI, 2015), no ano de 2015 a violência contra os povos indígenas foi agravada, tendo em vista que a bancada ruralista no Congresso Nacional se fez aumentar substantivamente, em 2014. A frente parlamentar da agropecuária, encabeçada por Eduardo Cunha, evidencia hoje (2017) o projeto de país que esse grupo tem para o Brasil. Os povos indígenas estão na prioridade dos ataques do governo de Michel Temer. A título de exemplo, a PEC 215/00 e outras proposições legislativas contra os indígenas espalharam,

através de uma formação de *consenso e coerção*⁸, o ódio contra os povos indígenas para uma massa desprovida de acesso a uma educação crítica ampla. Como resultado, temos os extermínios de indígenas expostos anteriormente, a criminalização das resistências indígenas em seus territórios de origem e no contexto urbano.

É esta a ação do capital em invasões com o intuito de expropriação, posse e exploração dos recursos naturais dessas populações, de forma predatória, o que expressa uma lógica contrária aos direitos dos povos indígenas no Brasil pela da criminalização das lutas territoriais, que expressam parte significativa da questão social contemporânea.

Partimos aqui de uma perspectiva de totalidade. As trajetórias de nossos sujeitos entrevistados, *indígenas em contexto urbano na cidade do Rio de Janeiro*, suas Histórias de Vida em depoimentos de História Oral, trazem, desde os territórios de origem, a expressão indígena da questão social, que ganhará na cidade capitalista relevados aspectos com o racismo e as diversas formas de expropriação e violência, no tocante à moradia, às lutas sociais, ao trabalho e aos direitos sociais.

Assim, pensar a chamada *questão indígena* no Brasil implica discutir a *questão fundiária*, ambas como parte e expressão de uma totalidade complexa que é a *questão social* na contemporaneidade. Dentro deste universo, nosso objeto são os *indígenas em contexto urbano*, dada a perspectiva da totalidade do método crítico-dialético aqui abordada e a relação campo-cidade (LEFEBVRE, 2006).

Para Iamamoto (2000), enfrentar as expressões da questão social contemporaneamente implica decifrar as desigualdades sociais, de classes e suas expressões de gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade, meio ambiente como formas resistência e rebeldia vivenciadas pelos sujeitos sociais.

Indígenas em contexto urbano na cidade do Rio de Janeiro: moradia, lutas sociais, trabalho e direitos sociais

⁸ - Usamos aqui a acepção de que nos dá Antônio Gramsci a respeito da Hegemonia como a combinação de coerção e consenso (GRUPPI, 1991).

No tocante aos *indígenas em contexto urbano*, o censo do IBGE de 2000 apresentou para o estado do Rio de Janeiro o número de 35.934 indígenas e na capital 15.622. Em 2010, o censo apresentou um decréscimo do número de indígenas nas cidades de todo o Brasil. No estado do RJ foram 15.894 e para a capital 6.764 indígenas. Do total de 15.894 indígenas, 450 estão nas terras indígenas do estado do Rio de Janeiro (cidade de Parati, etnia Guarani Mbyá). Esses dados nos apresentam a dimensão do número de indígenas nas áreas rurais e a migração para os grandes centros urbanos (ALBUQUERQUE, 2015).

Albuquerque (2015, p. 156) nos apresenta os seguintes dados detalhados em mapas; nas cidades da região metropolitana do Rio de Janeiro, o IBGE (2010) apresenta os seguintes números de indígenas: Belford Roxo (316), Duque de Caxias (865), Guapimirim (26), Itaboraí (209), Itaguaí (149), Japeri (55), Magé (140), Mesquita (150), Nilópolis (655), Nova Iguaçu (747), Paracambi (29), Queimados (106), Rio de Janeiro (6.764), São Gonçalo (906), São João de Meriti (408), Seropédica (103) e Tanguá (06).

O autor ainda chama atenção para a situação da Casa do Índio (CASAI-RJ), criada em 1968 por Eunice Cariry para abrigar indígenas de todo o Brasil no tratamento de saúde. Localizada na Ilha do Governador, atualmente conta com 14 funcionários e abriga 18 indígenas de diversas etnias (idosos, crianças e pessoas com deficiência/transtornos mentais). A FUNAI foi responsável mantenedora da CASAI até 1999, quando repassou para a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)/Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) a responsabilidade da manutenção. A instituição vem tendo dificuldades financeiras e sobrevive por doações (2015). O autor caracteriza a fundação do grupo da Aldeia Maracanã da seguinte forma:

Nesse limbo jurídico e de políticas públicas, um pequeno grupo de indígenas (cerca de 12, entre eles Afonso Apurinã, Carlos Tukano, Guarapirá Pataxó, Marize Guarani e Zé Guajajara) começou entre 2004 e 2005 a se reunir em espaços cedidos por sindicatos (como CUT, Sindipetro e outros). Esses pequenos encontros pretendiam organizar os indígenas na cidade a fim de estruturarem um movimento social em busca da regularização de políticas públicas para os indígenas. (...)

Em outubro de 2006 esse grupo organizou a ocupação do antigo Museu do Índio que estava abandonado desde 1977. Como o prédio se encontra na área externa do complexo do estádio do Maracanã, o grupo denominou a ocupação de Aldeia Maracanã. Os indígenas passaram assim a revitalizar o espaço, ao redor do prédio foram construídas pequenas habitações de taipa, hortas e árvores frutíferas

foram plantadas e passou-se a realizar eventos de promoção das culturas indígenas, a venda de artesanato e encontros de indígenas que moram ou estão em trânsito na cidade. Nesse processo passaram a reivindicar do poder público o restauro do prédio e a destinação do mesmo à promoção das culturas e direitos indígenas. (2015, p. 158 – 159).

A ocupação contou no seu início com 17 etnias e 47 indígenas morando e organizando o espaço. As etnias foram: Guarani Mbyá do estado do RJ, Apurinã (AM), Guajajara (MA), Kaiapó (PA), Karajá (GO), Krahô (MG), Krikati (MA), Pataxó (BA), Tabajara (CE), Tembê (MA), Tucano (AM), Xukuru-Kariri (AL) (2015).

O prédio do antigo Museu do Índio data da segunda metade do século XIX, construído para ser habitação do Duque de Saxe, genro de Dom Pedro II. Foi a sede do Serviço de Proteção ao Índio (1910), onde trabalhou por muitos anos o Marechal Cândido Rondon. Foi fundado por Darcy Ribeiro em 1953 e lá trabalharam importantes antropólogos como Roberto Cardoso de Oliveira e Eduardo Galvão (2015).

Conforme Albuquerque (2015), até fins de 2012, o governo do estado do Rio de Janeiro manteve silêncio sobre a ocupação e no dia 12/01/2013 começou a intimidar os indígenas ocupantes com a força truculenta do batalhão de choque da Polícia Militar (PM). No dia 16/01/2013, o então governador do estado do RJ, Sérgio Cabral, e a Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos enviaram carta ao grupo prometendo a criação do Conselho Estadual do Direitos Indígenas (consultivo) e um Centro de Referência da Cultura dos Povos Indígenas, em troca da desocupação do prédio, além de fornecer transporte às aldeias de origem. A então presidente da FUNAI, Marta Azevedo, se pronunciou dizendo que a FUNAI não se responsabilizava pelo indígena na cidade e não podia atender suas demandas individualmente. O que vimos a partir daí foi uma série de investidas militares, resistência indígena, tramitações, que resultaram na retirada forçada desses indígenas para serem alocados de forma desrespeitosa e despreparada na antiga colônia de hansenianos de Curupaiti, em Jacarepaguá, Rio de Janeiro.

O movimento *Aldeia Maracanã* trouxe visibilidade para a questão social em sua expressão indígena no contexto urbano. Dois dos entrevistados nesta tese têm suas trajetórias ligadas à Aldeia Maracanã. Um deles residiu por um

período naquele espaço antes de ir para a comunidade Rubem Vaz, no Complexo de Favelas da Maré (Twry Pataxó). A importância deste movimento marca a expressão desta categoria “indígenas em contexto urbano” e que nos implica uma análise mais detida sobre outros grupos. Um desses sujeitos de pesquisa desta tese, é o grupo *Rahis*, que estudamos nesses 5 anos de contato.

Nos procedimentos metodológicos escolhemos, pois, os seguintes procedimentos de pesquisa:

1. Pesquisa bibliográfica: a partir dos materiais publicados sobre a temática;
2. Pesquisa documental: diários, fotografias, relatórios, programas de governo nas suas diferentes instâncias, etc;
3. Levantamento: caracteriza-se pela investigação direta das pessoas, cuja opinião se quer conhecer (indígenas em contexto urbano na cidade do Rio de Janeiro remanescentes do Grupo Raízes Históricas Indígenas).
4. História Oral: Aqui entendemos *Memória* como um conceito crucial para melhor definir o percurso metodológico desta investigação, para além dos aspectos biológicos e psicológicos, o “comportamento narrativo” (LE GOFF, 1996) dos sujeitos em questão (indígenas em contexto urbano na cidade do Rio de Janeiro (2012 – 2017)).

Partimos de uma forma específica de memória, conforme Le Goff (1996), a “memória étnica”, responsável pela reprodução dos comportamentos nas sociedades humanas.

Ainda a noção de “memória coletiva”, que, conforme Le Goff (1996, p. 426):

[. . .] foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos da memória coletiva.

Assim, na relação entre memória e relações sociais (e relações de poder), a memória produz um saber e constitui parte da História Oral. Dessa forma,

A memória, onde cresce a história que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens (LE GOFF, 1996, p. 477).

Utilizamos aqui a metodologia da História Oral com base em Polack (1989), Le Goff (1996) e Alberti (2005).

Com base em Alberti (2005) consistiu nas seguintes etapas:

1. Escolha do método: recuperação do passado conforme concebido pelos que o viveram ao estudar as versões que os entrevistados fornecem acerca do objeto de análise;
2. Escolha dos entrevistados: a quem entrevistar? Que tipo de pessoas entrevistar? Qual o significado de sua experiência com o tema?
3. O número de entrevistados;
4. Escolha do tipo de entrevista: a. entrevistas temáticas – participação do entrevistado no tema escolhido; b. história de vida – o centro do interesse é o próprio indivíduo na história.
5. Elaboração do roteiro geral das entrevistas e do cronograma de trabalho;
6. Gravação em vídeo (ou áudio a depender do grau de inibição ou desinibição do entrevistado). Observar o ambiente e adequá-lo antes da entrevista;
7. Escuta do material e da transcrição;

É preciso dizer ainda que este trabalho segue inconcluso, pois a análise iniciada se deparou com um desafio maior já na etapa de finalização do doutorado e da defesa. A riqueza dos relatos dos 3 sujeitos entrevistados nos desafia à continuidade desta pesquisa em outros projetos. Não tivemos, assim, a pretensão de esgotar o tema, mas abrimos aqui uma janela de leitura da realidade, o que nos exige uma construção densa e necessária num tema com tão pouca produção na direção social aqui sinalizada.

No tema da **moradia**, os três sujeitos entrevistados - Twry Pataxó, Anápuáka Muniz Tupinambá Hã-hã-hãe e Cristiane Santos - nos apresentaram elementos problematizadores da relação cidade-aldeia, emergindo, ora dos conflitos territoriais, ora da centralidade do trabalho na cidade do capital, que

atrai a população indígena em busca de qualidade de vida e dos serviços prestados pelas políticas sociais de saúde, educação e trabalho, ausentes nas suas aldeias. Suas histórias de vida revelam o total descaso do Estado para com os direitos conquistados dessas populações. Persistente elemento é o conflito em torno da terra, a questão fundiária, que para as populações indígenas historicamente assume, conforme Martins (1980), situações que prevalecem até os dias de hoje (2017):

- *Terras ameaçadas* - de invasão pelos brancos (grandes fazendas e empresas);
- *Terras griladas* – posse pelo não-índio ainda depende de regularização;
- *Terras expropriadas* – posse e domínio legalmente nas mãos de brancos.

Cabe-nos, por fim, a clareza de que o estudo aqui proposto não esgotará o tema, mas poderá lançar as bases para um amplo debate com os próprios indígenas em contexto urbano.

A pesquisa evidenciou aspectos relevantes em cada categoria abordada que ajudam a definir, a partir da história de vida de três sujeitos (Twry Pataxó, Anápuáka Muniz Tupinambá Hã-hã-hãe e Cristiane Santos), como no tema da *moradia*, as condições da chegada na cidade do Rio de Janeiro, permeadas pelo racismo intermitente nas relações sociais no Brasil e que para os três entrevistados aparecem sob a forma da discriminação sobre o ser social indígena visto de forma ora exótica, ora vexatória, além da instabilidade quanto ao local de moradia, com exceção de Cristiane que sempre residiu em casa própria, de parentes e após o casamento, principalmente para Twry e Anápuáka que durante grande parte de suas trajetórias vivem em residências alugadas em área periféricas e distantes do centro da cidade ou em favelas. No tema da moradia na rua por parte de indígenas, ficou evidente que não presenciaram muitos casos permanentes, mas sazonais, devido à vinda para a cidade para a venda do artesanato, quando dormem nas praias do Rio de Janeiro, ou entram num sistema de solidariedade entre indígenas de outras etnias através do acolhimento em suas casas, a nosso ver, fruto da socialização na aldeia.

Uma pergunta que nos guiou neste trabalho remete diretamente ao

conflito histórico da luta pela terra (e solo urbano): se os indígenas são os verdadeiros donos destas terras, como é possível que o Estado na contemporaneidade lhes negue o direito ao solo urbano? O que justifica a expulsão de indígenas da Aldeia Maracanã, de espaços como o antigo Museu Índio? Vimos em nossa pesquisa bibliográfica-documental, que o processo de expropriação dos indígenas é o pressuposto para a transformação destes em classe trabalhadora, explorada, oprimida e os conflitos históricos em torno da chamada Aldeia Maracanã, nos remetem diretamente à produção do espaço e a forma como o capital se apropria dos territórios para a especulação imobiliária, gerando a expulsão dos trabalhadores pobres numa espécie de reengenharia urbana, que termina na retirada truculenta através da força armada, para imposição da ordem do capital através do Estado.

Na temática das **lutas sociais** ficaram evidentes a participação dos entrevistados em espaços de construção de políticas públicas e diálogo com outros movimentos sociais, não sem atritos e fricções, como o movimento negro e religiões por direito, espaço onde a afirmação do ser indígena assume especial destaque nas pautas públicas que se vão construindo ao longo da atuação do grupo *Rahis*.

O **trabalho** aparece permeado pelos discursos do terceiro setor, fruto da inserção de nossos entrevistados na cidade sob a lógica do capital, da qual não saem impunes.

No tocante aos **direitos sociais**, esses aparecem para nossos entrevistados ligados às políticas e serviços sociais (Twry e Anápuáka) e um visão liberal de direitos subordinado aos deveres (Cristiane), que são negados a indígenas e trabalhadores nas aldeias e nas cidades, em uma espécie de cidadania inconclusa, os famosos direitos no papel, mas que em suas falas assume o lugar de lutas sociais para a garantia como direitos, também indígenas.

Todas as questões abordadas e vividas pelos nossos entrevistados nos remetem a uma interrogação que fizemos e que permanece em aberto: até quando continuaremos a violar os direitos sociais e os específicos direitos indígenas e silenciando sua história de resistência?

A busca da resposta nos remete a um comprometimento ético e político com as lutas sociais, das quais as lutas indígenas são parte e expressão, assumindo-as e sendo por elas assumidos, na defesa intransigente da liberdade, dos direitos humanos e da construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero, como consta do Código de Ética do assistente social de 1993.

3. CONCLUSÃO

Por sua novidade teórica e relevância no quadro das políticas sociais, o tema em si nos convoca a um comprometimento ético-político com as pautas de lutas e reivindicações públicas desses sujeitos que têm sido negligenciadas por mais de 518 anos no Brasil; pautas que se colocam como parte e expressão das lutas e reivindicações dos demais trabalhadores e trabalhadoras brasileiros.

Colocar em pauta esse capítulo da História de nosso país é um imperativo teórico-prático tão necessário quanto urgente, quando avançam os porta-vozes do conservadorismo e da criminalização das formas de resistência social.

A questão fundiária é um dos elementos centrais que apareceu no debate e, como pudemos apreender dos depoimentos, a luta pela terra e pelos direitos sociais assume também para os indígenas em contexto urbano um lugar de destaque nos conflitos na cidade do Rio de Janeiro, como direito ao solo urbano, na chamada Aldeia Maracanã. Como vimos, esta questão vai muito além de deter um pedaço de terra, para problematizar a presença indígena na cidade do capital e seu reconhecimento como sujeitos de direitos. Tema que toma força na seção *lutas sociais*, com destaque especial para o grupo *Rahis*, do qual nossos entrevistados participaram como principais sujeitos articuladores.

Para as Políticas Sociais e o para Serviço Social, este é um desafio de primeira ordem, quando, em busca da emancipação humana, a partir do “Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” e da “Opção por um projeto profissional vinculado ao

processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”, como expresso no Código de Ética do assistente social de 1993, nos comprometemos com a defesa da construção e operacionalização de instrumentos, políticas e programas de atendimento para os trabalhadores e trabalhadoras e, conseqüentemente, para as populações indígenas, como sua parte e expressão, assim como, na defesa intransigente dos direitos humanos, como requisito básico para a emancipação e para o exercício desta profissão.

É evidente que este artigo não tem a pretensão de responder a todas essas questões. Acreditamos que sua função seja a chamada de atenção para este tema no cotidiano da cidade, do Serviço Social e das Políticas Sociais, pois se não podemos e não queremos mais falar em nome dos indígenas, podemos, porém, proporcionar espaços de diálogo, de compartilhamento de visões de mundo, de modos de viver, favorecer lutas cotidianas e compromissos coletivos anticapitalistas, pois não será apenas a cidade a ser ocupada com uma outra sociabilidade. Das aldeias indígenas nos chega uma outra possibilidade de relação com o espaço, onde primeiro aprendemos com aqueles que nos antecederam, os verdadeiros donos destas terras, para a construção de um diálogo mais profundo, capaz de nos guiar a um outro projeto de sociedade, onde não haja opressões de classe, etnia, geração e gênero. E parece-nos claro que não será nesta órbita onde domina o valor de troca, a competição, o individualismo e a exploração do homem pelo homem, a destruição da natureza e a guerra em nome do dinheiro, mas numa sociedade socialista capaz de tornar o ser social autoprodutivo e criativo em todas as suas possibilidades de práxis.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

ALBUQUERQUE, M. A. dos S. Indígenas na Cidade do Rio de Janeiro. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n.7, p. 149 - 168, jan./jun. 2015.

ALENCAR, C. **Povos Indígenas no Brasil**. 2017. Entrevista concedida ao Jornal Mundo Jovem/PUC-RS. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/mj/entrevista-04-2002.php>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

CFESS. Código de Ética do/da assistente social. **Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10. ed. rev. e atual. [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. 60 p.

_____. **CFESS lança manifesto pelo Dia da Luta Indígena**. 2013. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/944>>. Acesso em: 23 maio 2014.

FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO. 2017. Disponível em: <<http://caci.rosaluxspba.org>>. Acesso em: 1 ago. 2017.

GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Tradução Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000. Tradução de: La production de l'espace.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.

MARTINS, J. de S. **Expropriação e Violência**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

MARX, K. **O Capital: crítica da Economia Política**. vol. I, Livro Primeiro – O processo de produção do capital, Tomo I. 2 ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

PAULO NETTO, J. **Cinco notas a propósito da “Questão Social”**. [S.l]: Temporalis 3, 2001. p. 41-49.

_____. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 4, n.1, p. 202-222, jan./jun. 2012.

O SOCIAL em questão. **Departamento de Serviço Social**, Rio de Janeiro, ano XVI, v. 29, n. 29, 2013.

POLLACK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: _____. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, 1989.

PRADO Jr, C.. **Formação do Brasil Contemporâneo : Colônia**. 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.